

Assédio no ambiente de trabalho cresce no Estado

Reclamações trabalhistas já superaram 3,6 mil casos em 2024

/ JUSTIÇA DO TRABALHO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Entre janeiro e outubro deste ano, o número de processos trabalhistas por assédio no Rio Grande do Sul ultrapassou 3,6 mil, de acordo com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4). Esses casos representam cerca de 94% do total de ações deste tipo registradas em 2023, já superam os dados de 2022 e indicam uma tendência de aumento nas reclamações relacionadas ao tema.

As denúncias de assédio moral, que incluem pressão excessiva, xingamentos e difamação, são maioria, com 3.336 reclamações até o momento. Em relação à importunação sexual, 326 trabalhadores, maioria do sexo feminino, prestaram queixa ao Judiciário gaúcho em 2024 - no Brasil, segundo o Monitor do Trabalho Decente, 72,1% das ações desse tipo julgadas desde 2020 foram ajuizadas por mulheres.

O tema foi centro de discussões no último Meeting Jurídico da Federasul. O evento trouxe como debatedoras a coordenadora da Comissão de Assuntos Trabalhistas da Divisão Jurídica da entidade, Adriana Schnorr, a juíza do Trabalho e mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Indiana (EUA), Aline Fagundes, e a



Nos últimos quatro anos, as mulheres são as principais vítimas

diretora de Integridade da Corsan/Aegea, Carine Bastos Oro.

Um ponto comum nas falas das palestrantes foi a ideia de que o crescente número de denúncias de assédio não reflete necessariamente uma alta na ocorrência desses casos, mas sim uma maior conscientização sobre os direitos dos trabalhadores. Adriana Schnorr, ao abrir o painel de apresentações, explicou que a mudança está ligada ao fortalecimento da sensação de segurança para que as vítimas possam reivindicar seus direitos e trazer à tona situações que, por muito tempo, foram ignoradas.

“A percepção de um ambiente mais seguro para denúncias faz com que casos antigos sejam revelados, até em maior quanti-

dade do que antes”, observou. A representante da Federasul ressaltou que o assédio cria ambientes de trabalho hostis, capazes de afetar tanto a vida pessoal quanto a profissional das vítimas, impactando a produtividade e, consequentemente, a própria saúde dos trabalhadores. Para ela, essa é uma situação prejudicial até para as empresas, que podem ver suas atividades afetadas em razão de um ambiente tóxico.

Ela destacou, ainda, a importância dos programas de compliance para prevenir e lidar com denúncias internas. “Além de manter um ambiente saudável, é fundamental que a empresa ofereça um canal de denúncia para que as pessoas possam relatar episódios de assédio”, pontuou.

Produção de provas é o principal dificultador

Para a juíza do Trabalho, Aline Fagundes, o principal desafio nesses processos é a produção de provas, especialmente porque o assédio costuma ocorrer de maneira discreta e sem testemunhas, tornando difícil a comprovação.

Aline explicou que, por essa razão, o uso de tecnologias, como câmeras e aplicativos de bate-papo, tem sido fundamental para a obtenção de evidências. “Hoje, temos mais registros porque esses ambientes mais informais acabam deflagrando muitos casos”, comentou. Ela ainda enfatizou que o assédio moral, por ser mais recorrente e menos secreto, geralmente oferece mais evidências do que o assédio sexual.

A magistrada observou ainda

que as denúncias costumam ocorrer com mais frequência após o rompimento dos contratos de trabalho, momento em que os trabalhadores se sentem mais seguros para formalizar as acusações. No entanto, chamou a atenção para o risco da chamada “vitimização secundária”, um fenômeno que ocorre quando as vítimas enfrentam dificuldades adicionais no processo judicial, sentindo-se ignoradas ou desacreditadas. “Muitas vezes, elas só querem ser ouvidas”, afirmou a juíza, defendendo a necessidade de uma abordagem acolhedora e cuidadosa nos julgamentos.

Por sua vez, a diretora de Integridade da Corsan/Aegea, Carine Bastos Oro, enfatizou que o assédio é uma questão cultural enrai-

zada no Brasil e que as empresas têm investido na criação de programas de integridade para adaptar-se às mudanças nas relações de trabalho. “As empresas estão preocupadas e trabalham de forma preventiva ao investir em ambientes de trabalho seguros”, afirmou, frisando que os programas de integridade são essenciais para a proteção dos funcionários.

Carine alertou para a importância da educação como um dos caminhos para combater o problema. “Precisamos analisar se as pessoas não podem ser educadas também, conscientizadas sobre o que é assédio”, sugeriu, destacando que o foco das empresas deve incluir a capacitação coletiva para evitar situações de abuso.

Opinião

Banimento dos celulares nas escolas vai funcionar?

Fernando Lino

O projeto de lei, ainda em estudo, do Ministério da Educação (MEC) de proibir o uso de celulares nas escolas parece, à primeira vista, uma solução direta para combater distrações e melhorar o desempenho acadêmico. No entanto, existe um perigo de que a medida possa acabar sendo apresentada como uma resposta simplista para um problema que é, na verdade, muito mais profundo e cultural. Sem um apoio logístico adequado para escolas e um projeto pedagógico robusto de conscientização sobre bem-estar digital, essa tentativa de controle corre o risco de ter efeitos limitados e enfrentar resistência tanto de alunos quanto de parte das famílias.

A Unesco revelou que um em cada quatro países já implementou leis ou políticas de restrição ao uso de celulares nas escolas. Países como França, Itália, Espanha, Austrália e China possuem legislações que proíbem ou limitam esse uso. A França, por exemplo, banuiu os celulares nas escolas desde 2018 com o intuito de reduzir distrações em sala de aula, enquanto o Reino Unido anunciou diretrizes similares em 2023.

Uma revisão de estudos globais, publicada neste ano, analisou mais de 22 artigos e descobriu que, embora o impacto positivo nos re-

sultados acadêmicos seja real em alguns casos, os resultados variam. Em muitos países, não houve melhorias significativas, e alguns alunos relataram maior ansiedade quando privados de seus celulares, especialmente após o isolamento social da pandemia.

A implementação dessas políticas também não é simples. Embora pareça fácil anunciar um banimento, mudar práticas escolares é muito mais desafiador. As restrições do uso de celulares durante o horário escolar podem, sim, ser benéficas, dependendo do contexto. Porém, é importante lembrar que a vida da criança não se limita ao ambiente escolar.

Problemas como o cyberbullying, por exemplo, costumam ocorrer fora dos muros das escolas, em momentos de interação online. Por isso, a melhor solução, a longo prazo, é a conscientização tanto dos alunos quanto das famílias sobre o uso responsável da tecnologia. Promover o diálogo e educar sobre hábitos digitais saudáveis ajudam a desenvolver autonomia e senso de responsabilidade, criando uma cultura de bem-estar digital que ultrapassa os limites da sala de aula. Afinal, aprender a gerenciar a tecnologia de forma equilibrada é uma habilidade essencial para a vida toda.

Pesquisador e neuroeducador

AGENDA

• O curso de Direito da UniRitter receberá uma sessão de julgamento didática do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), na noite desta quinta-feira, das 19h às 21h. O evento, aberto ao público, ocorrerá no Auditório Master do campus Zona Sul do centro universitário (Rua Orfanotrófio, 555).

• A Faculdade de Direito da Ufrgs, com o apoio dos Tribunais do Rio Grande do Sul, promoverá a “XI Jornada de Soluções Autocompositivas: Unindo Forças” durante o mês de novembro e início de dezembro. O evento, aberto ao público, será dividido em três momentos: a pré-jornada, que ocorrerá no dia 8 deste mês; a jornada principal, nos dias 21 e 22; e a pós-jornada, marcada somente para 4 de dezembro. Todas as atividades serão realizadas nas dependências da faculdade.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323

Ética • Dinamismo • Confiabilidade